



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS III

CENTRO DE HUMANIDADE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA DO LIVRAMENTO PEREIRA DA SILVA

**CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A
EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE
PILÕES-PB**

GUARABIRA/ PB

2022

MARIA DO LIVRAMENTO PEREIRA DA SILVA

CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Área de concentração: Política Educacional

Orientadora: Prof. Esp. Raísa Queiroga Barreto

GUARABIRA/ PB
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Maria do Livramento Pereira da.
Cenas brasileiras [manuscrito] : a intersectorialidade entre a educação social e a Assistência Social no CRAS de Pilões-PB / Maria do Livramento Pereira da Silva. - 2022.
51 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Esp. Raísa Queiroga Barreto ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Intersetorialidade. 2. Educação Social. 3. Serviço Social.
I. Título

21. ed. CDD 379.2

MARIA DO LIVRAMENTO PEREIRA DA SILVA

CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Área de concentração: Política Educacional

Aprovada em: 31/03/2022.
Nota: Nota: 9,0.

BANCA EXAMINADORA

Raísa Queiroga Barreto.

Prof.^a Esp. Raísa Queiroga Barreto
Orientadora (UEPB)

Marcelo Saturnino da Silva

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kassandra Queiroga Bezerra

Prof.^a Esp. Kassandra Queiroga Bezerra
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

GUARABIRA – PB
2022

A Deus, por me preecher de força e coragem nos momentos que pensei que não iria conseguir. Quando estava me sentindo perdida ele me direcionou pelo melhor caminho. Em meio às tribulações ele me acalmou. A ti dedico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me acompanha em todos os momentos da minha vida e me deu forças para concluir mais esse projeto.

Aos meus pais José e Maria José, exemplo de honestidade e dignidade e referência em minha vida.

Ao meu querido esposo Erivaldo Lopes, por todo incentivo, pela paciência e amor.

A minha filha Maria Eduarda, por compreender que foi necessário a sua ajuda nas atividades diárias para poder completar mais essa etapa da minha caminhada.

Aos meus colegas de turma em especial Geyse, Rayane, Juliete e Simone pelo companheirismo e troca de experiência durante todo curso.

Aos professores e professoras da UEPB em especial minha orientadora Raísa Queiroga Barreto pela paciência e compreensão.

A equipe CRAS de Pilões-PB, em especial meus colegas de trabalho do SCFV.

A todos que colaboraram de forma direta ou indireta, muito obrigada.

CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB

Maria do livramento Pereira da Silva¹
Raísa Queiroga Barreto²

RESUMO

Essa pesquisa busca refletir a respeito do egresso do curso de pedagogia, o Educador Social e a implementação da intersectorialidade entre as Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, no contexto do oitavo período do curso de pedagogia da UEPB campus III e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado no município de Pilões na Paraíba. Este estudo está situado no campo da Educação Social e das Políticas Públicas. Utilizamos como aporte teórico autores que discutem os paradigmas de Políticas Educacionais, Intersetorialidade e Serviço Social tendo como objetivo geral analisar como acontece a intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, abordando os desafios no contexto CRAS de Pilões-PB. Nesse aspecto, temos como objetivos específicos: a) compreender as políticas de Educação e Assistência Social, a partir da intersectorialidade no CRAS; b) identificar as proposituras da relação entre o Serviço Social e a Pedagogia Social. Para realização desse estudo optamos por abordagem metodológicos de cunho qualitativo/exploratória com procedimento técnico de revisão bibliográfica e da observação participante. Como instrumento, utilizamos questionário de caráter semiestruturado e com questões abertas. As principais fontes foram: Nascimento (2010) Barreto (2020), Maciel (2019), Santos, Paula (2014, Machado (2013), Ghon (2014), Freire (1993), bem como outros materiais como: código de ética do assistente social, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Orientação Técnica Centro de Referencia da Assistência Social, Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 e Norma Operacional Básica-NOB-SUAS. Nossos resultados demonstram a compreensão de que a intersectorialidade entre as politicas públicas, especificamente entre Educação e Assistência Social, traz inúmeros benefícios, porém, ainda não é bem compreendida entre os profissionais que atuam nela.

Palavras-chave: Intersetorialidade. Educação Social. Serviço Social.

¹ Graduanda concluinte do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Bacharela em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (Unopar)

²Profª. Esp. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

ABSTRACT

This research seeks to reflect the respect of the Social Educator and the implementation of the intersectorality between the Public Policies of Education and Social Assistance, in the context of the Reference Center of Social Assistance - CRAS, located in the municipality of Pilões in the state of Paraíba. This study is in the knowledge area of Social Education and Public Policies. We use as theoretical input authors who discuss the paradigms of Educational Policies, Intersectoral and Social Service with the general objective of analyzing how the intersectoral happens in Public Policies of Education and Social Assistance, addressing the challenges in the context of CRAS-Pilões-PB. In this aspect, we have as specific objectives: a) to understand the policies of Education and Social Assistance, from the intersectoral in CRAS; b) to identify the propositions of the relation between Social Service and Social Pedagogy. To carry out this study, we opted for a qualitative/exploratory methodological approach with a technical review procedure and participant observation. As an instrument, we used a semi-structured questionnaire with open questions. The main sources were: Nascimento (2010) Barreto (2020), Maciel (2019), Santos and Paula (2014), Machado (2013), Ghon (2014), Freire (1993), as well as other materials such as: Code of Ethics of the Social Worker, Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), Technical Orientation Reference Center for Social Assistance, Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988) and Basic Operational Standard-NOB-SUAS. Our results demonstrate the understanding that intersectionality within public policies, specifically between Education and Social Assistance, brings numerous benefits, however, it is still not well understood among the professionals who work in it.

Keywords: Intersectorality. Social Education. Social Service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Respostas dos estudantes 1, 3, 6 e 8 e dos educadores 1 e 2	38
Quadro 2: Respostas dos estudantes 2 e 5	38
Quadro 3: Resposta dos estudantes 4 e 5	39
Quadro 4: Respostas dos estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8	39/40
Quadro 5: Respostas do estudante 7 e dos educadores 1 e 2	40
Quadro 6: Respostas dos estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 e dos educadores 1 e 2	41

LISTA DE SIGLAS

CNAS - O Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

NOB-SUAS/RH - Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social/
Recursos Humanos

PAIF - Atendimento Integral à Família

CEFSS - Conselho Federal de Serviço Social-

PCF - Programa Criança Feliz

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSE - Proteção Social Especial

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INTERSETORIALIDADE	12
1.1 Política Pública da Educação	13
1.2 Política Pública de Assistência	16
2 A EDUCAÇÃO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL	27
3 DISCUSSÃO E ANÁLISE: EDUCAÇÃO SOCIAL UMA ÁREA COM MÚLTIPLAS RELAÇÕES COM O POPULAR	31
3.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Pilões-PB	33
3.2 Construção da metodologia: lócus e coleta de dados	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES A - Termo de Consentimento – Discentes de Pedagogia da UEPB de Guarabira-PB	46
APÊNDICES B - Termo de Consentimento – CRAS de Pilões-PB	47
APÊNDICES C - Roteiro da entrevista – Discentes de Pedagogia da UEPB de Guarabira-PB	48
APÊNDICES D - Roteiro da entrevista do(a) Educador(a) Social do CRAS de Pilões- PB	49

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca refletir a respeito do egresso do curso de pedagogia, o Educador Social e a implementação da intersectorialidade entre as Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, no contexto do oitavo período do curso de pedagogia da UEPB campus III Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado no município de Pilões na Paraíba.

O objetivo é analisar como acontece a intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, abordando os desafios no contexto do CRAS de Pilões-PB. Nesse aspecto, temos como objetivos específicos: a) compreender as políticas de Educação e Assistência Social, a partir da intersectorialidade no CRAS; b) identificar as proposituras da relação entre o Serviço Social e a Pedagogia Social.

Pessoalmente, a escolha da temática se deu em decorrência da minha formação em Serviço Social e atuação nas respectivas Políticas Públicas. Academicamente, o interesse nasceu a partir de provocações realizadas durante o curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Educação, Centro de Humanidades, Campus III, na cidade de Guarabira – PB.

Em âmbito social, considera-se o estudo relevante para a continuidade do debate sobre a Educação social, bem como, para aprofundar a reflexão e o diálogo referente à importância da intersectorialidade entre as Políticas Públicas e assim ampliar os conhecimentos teórico-práticos que requer a atuação profissional do Pedagogo.

Diante das transformações sociais, culturais, econômicas e ideológicas que influenciam o cenário educacional do nosso país são muitos os desafios com que a educação pode se deparar. Desse modo, o Pedagogo deve estar preparado para intervir em qualquer realidade que por ventura venha a estar inserido. Por isso, diante desse contexto, faremos a seguinte indagação: A intersectorialidade entre a Educação e a Assistência Social ainda é um conceito considerado novo pelos educadores sociais do CRAS de Pilões-PB?

Este estudo está situado no campo da Educação Social e das Políticas Públicas. Utilizamos como aporte teórico autores que discutem os paradigmas de Políticas Educacionais, Intersectorialidade e Serviço Social e documentos referente as políticas públicas acima citadas.

As principais fontes foram: Nascimento (2010) que reflete sobre às possibilidades e limites para a intersectorialidade das Políticas Públicas; Barreto (2020), que descreve a intersectorialidade como sendo a articulação e estratégia no planejamento,

realização e avaliação para responder às demandas de vulnerabilidade social de um determinado território; Maciel (2019) que analisa a configuração fragmentada e desarticulada das políticas sociais, bem como a relação do trabalho dos assistentes sociais com a intersetorialidade; Santos e Paula (2014) que procura destacar em obras de Paulo Freire fundamentos referente à Pedagogia Popular e Social, de modo a contribuir para reflexões em torno da temática formação do educador social no Brasil; Machado (2013) apresenta conceitos que traz uma melhor compreensão a respeito da concepção de Pedagogia Social, dialogando com as definições da Educação Social, Pedagogia Social e Intersetorialidade, enfatizando a interligação existente nas áreas citadas e Ghon (2014) que faz uma reflexão sobre os processos de aprendizagem que acontece fora da escola a Educação Não Formal, Freire (1993) que defende uma pedagogia transformadora capaz de formar um sujeito crítico consciente de seu papel, bem como outros materiais como: código de ética do assistente social, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Orientação Técnica Centro de Referência da Assistência Social, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Norma Operacional Básica-NOB-SUAS.

Essa discussão, de certo modo, é uma forma de se compreender e intervir nesse espaço formativo, observando se o projeto socioeducacional vigente no CRAS de Pilões-PB *In lócus* proporciona senso crítico aos educandos (as) e forma cidadãos preparados para a vida em uma sociedade sistematizada para competição e o sucesso, objetivando uma melhor qualidade de educação oportunizada pela intersetorialidade entre os serviços. Desse modo, a hipótese de pesquisa é de que há riscos sociais apontados pelo baixo nível de entendimento das políticas setoriais e os benefícios de suas articulações.

Metodologicamente, são assumidas as orientações de abordagem qualitativa-exploratória de pesquisa bibliográfica. A escolha do tema e do campo de pesquisa teve relação direta com a história e cotidiano profissional da pesquisadora.

Organizamos a pesquisa em três pontos, em que no primeiro capítulo discutiremos “*Políticas Públicas e Intersetorialidade*” em que apresentamos com foco para a política de Educação e Assistência Social bem como, suas especificidades e pontos em comum. No segundo capítulo abordaremos “*A Educação Social e sua inserção no Serviço Social*” em que buscamos trabalhar na busca pela compreensão de conceitos das concepções de educação formal, não Formal e Informal e como acontece a Educação social nos Serviços de Assistência Social. No terceiro capítulo a “*Discussão e Análise: Educação Social uma área com múltiplas relações com o*

popular” trouxemos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa com análise dos materiais decorrentes da pesquisa de campo e das observações *in locús*. Por fim, apresentaremos as considerações finais que nos permitiu concluir a pesquisa a partir de levantamento das fontes teóricas e dados coletados em campo.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INTERSETORIALIDADE

Para o enfrentamento dos problemas causados pela desigualdade social foram criadas as políticas públicas como forma de garantir o acesso aos direitos assegurados pela constituição em prol do bem estar da população. No entanto, nem sempre, uma política pública sozinha é capaz de enfrentar a questão social que é tão crescente em nosso país.

Desse modo, é necessário procurar outros caminhos para que haja um trabalho mais eficaz como resposta as demandas que se apresenta. Isso significado pensar em uma articulação entre os setores tendo em vista os interesses comuns existentes entre eles.

Dessa maneira, a integração entre os setores e a soma de suas competências possibilita resultados mais positivos. Esse conjunto de esforços é chamado intersetorialidade que para Barreto (2020, p.31), “[...] aparece entre as políticas públicas como a articulação e estratégia no planejamento, realização e avaliação para integrar e responder as demandas de vulnerabilidade social de um determinado território”. Compreende-se que essa articulação entre os setores demanda uma responsabilidade coletiva de superação da fragmentação das políticas públicas.

Nesse sentido “o tema da intersetorialidade tem sido discutido sob diversas perspectivas, mas destacam-se as análises em relação à configuração fragmentada e desarticulada das políticas sociais, pois essa configuração dificulta o atendimento às necessidades sociais em sua integralidade”. (MACIEL, 2019, p. 2). Desse modo, compreende-se que para implementar um trabalho intersetorial é necessário um entendimento aprofundado a respeito do contexto que pretende intervir. No que se refere à importância do trabalho intersetorial Nascimento (2010, p.96) ressalta sua valorização, bem como, apresenta os motivos desse enaltecimento:

A intersetorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas. Deste modo, a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das

políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

Nota-se que a intersectorialidade é importante estratégia para a execução das políticas sociais, pois, ao receber o olhar de várias áreas torna-se mais fácil compreender o problema e traçar novos caminhos para responder as demandas. Contudo, as estratégias intersectoriais devem ser pensadas na perspectiva do direito.

No caso da educação, há uma necessidade de articulação com outras áreas tendo em vista os vários aspectos que limita o processo educacional. Maciel (2019, p. 7) afirma que a educação “[...] enquanto produto de uma construção social e histórica deve ser apreendida à luz da totalidade concreta, a partir de sua conexão com a realidade social, integrada a outros fenômenos que se relacionam”. Maciel (2019, p. 5) aponta que:

No campo da Educação, a necessidade de articular com as diferentes áreas se evidencia a partir dos históricos indicadores negativos em relação à evasão escolar, à disparidade na relação idade-série, às elevadas taxas de analfabetismo e baixos índices de escolaridade, dentre outras questões

Dessa forma, a pactuação da educação com outras políticas sociais é indispensável tendo em vista as várias possibilidades de intervenção decorrente de outras áreas com destaque para assistência social que apresentam sua proposta de intervenção baseada na intersectorialidade através do trabalho em rede.

Vale salientar que no trabalho intersectorial não cabe concorrência, pois, o trabalho das várias áreas deve convergir para o mesmo fim. Todavia, o trabalho de cada setor deve ser respeitado levando em consideração as especificidades dos envolvidos.

1.1 Política Pública da Educação

O mundo contemporâneo está em constante transformação. Conseqüentemente, a educação também se transforma, pois, ela precisa adequar-se as necessidades advindas da sociedade atual. Por conseguinte, nos dias atuais, a educação é concebida como um dos fatores indispensável para essa mudança, pois, é por meio dela que as habilidades necessárias à convivência em sociedade são desenvolvidas.

Sabemos que atualmente vivemos em uma sociedade em que o domínio é concentrado nas mãos de pouco, isso faz com que as pessoas não tenham oportunidades de uma maneira igualitária. Da mesma forma acontece com a educação, pois apesar de ser um direito Subjuntivo, isto é, garantido constitucionalmente, muitos não tiveram

esse direito garantido, por isso a importância de um sistema que dialogue com as políticas públicas, neste sentido Brandão (2007, p. 7) afirma que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. [...].

A Educação, no Brasil, após os anos de 1500 ficou sob a responsabilidade dos padres jesuítas e era realizada através de ação catequizadora. Segundo Santos (2017, p. 28),

Os jesuítas queriam alcançar o objetivo missionário, ao mesmo tempo em que integravam à política colonizadora de Portugal. Acreditavam que converteriam o índio, à medida que a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, que buscava converter os índios aos costumes europeus e à religião católica, facilitando assim o trabalho colonizador da coroa portuguesa.

Desse modo, a Educação vem se transformando desde 1549 com a instituição da primeira escola implicando assim na educação formal onde, o projeto educacional era de responsabilidade dos padres jesuítas cujo modelo era baseado na religião. Com a expulsão dos jesuítas em 1759 iniciou-se a reforma pombalina. Segundo Saviani (2003, p.04 apud SANTOS, 2017, p.28).

O ensino jesuíta então implantado, já que contava com incentivo e subsídio da coroa portuguesa, constitui a nossa versão da “educação pública religiosa”. Os jesuítas dominaram a educação brasileira até a metade do século XVIII quando, em 1759, foram expulsos pelo marquês de Pombal, primeiro-ministro do Rei de Portugal, D. José I.

Nesta época a educação era dirigida às elites que após a proclamação da república em 1889 alcançou ideais de esta laicidade. Todavia, a educação elitista provocou discussões que levaram a mesma a um avanço trazido pela revolução de 1930. A partir daí foram muitos os avanços e os retrocessos que culminaram com as lutas políticas e de movimentos sociais em busca de melhores condições de vida e garantia da dignidade humana levaram a educação até o patamar de política social.

Foi em meados do século XX que a educação surgiu como direito social como forma de atender as necessidades básicas do ser humano. Em 1988 esses direitos foram prescritos no texto constitucional Art. 6º onde afirma que: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

(BRASIL, 1988).

Portanto, compreende-se que os direitos sociais são assegurados a todos sem nenhuma distinção de qualquer natureza partindo do pressuposto de que todos são iguais em direito e obrigações. Dessa forma, os direitos sociais vêm ganhando e legitimando espaço tornando-se substancial como respostas às demandas firmadas por um contexto de contradições e desigualdade na sociedade brasileira.

Após a conquista dos direitos aqui citados fora criado, pelo Estado, algumas políticas públicas que pudessem efetiva-los. Estas políticas públicas são ações que envolve o governo a sociedade e instituições envolvidas com a Educação e são desenvolvida pelo Estado com o intuito de garantir o direito a uma educação de qualidade e para todos. Isto posto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é a lei que atualmente regulamenta o sistema educacional no Brasil.

Daqui em diante iremos nos referi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela sigla LDB, que prever em seu Art. 1º que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996, p.1).

Neste sentido Maciel (2019, p. 3) reflete que:

A educação ultrapassa o sistema educacional formal (escolas, universidades, institutos etc.), pois, enquanto processo se expressa em diferentes momentos e lugares, de forma contínua e formativa, envolvendo diversos atores sociais. E quando se trata das instituições educacionais, importa reconhecê-las como importantes espaços que possibilitam a construção e o compartilhamento de conhecimentos, mas que necessitam ser repensadas, considerando novas necessidades. Destaca-se, que os sujeitos inseridos nos espaços educacionais podem vivenciar muitas e diferentes situações relacionadas à desigualdade social. É nesse sentido que a educação tem sido desafiada cotidianamente a reconhecer essa realidade permeada por manifestações da questão social.

A LDB (1996) está baseada nos princípios de igualdade, liberdade, pluralismo, respeito, valorização do profissional, gratuidade, coexistência de instituições, gestão democrática, garantia de qualidade, valorização da experiência e vinculação entre a educação escolar e o trabalho consideração com a diversidade étnico-racial, garantia do direito à educação e respeito à diversidade humana. A LDB (1996) também traz a obrigatoriedade do ensino básico conforme Art. 4º.

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio.

No que tange a educação superior a LDB (1996) em Art. 43 assegura que a finalidade do ensino superior tem por finalidade: “II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”.

Pensando a Educação como política que utiliza seus meios para o desenvolvimento integral do sujeito vale ressaltar que esse desenvolvimento necessita de ações de outras áreas que atuem em questões que não estão sob a competência dela.

Assim sendo, os fenômenos sociais que permeiam o campo da educação dificultam o desenvolvimento do processo educacional, deixando essa área a carecer de um olhar diferenciado de outras áreas por meio de uma perspectiva intersetorial.

1.2 Política Pública de Assistência Social

Para uma melhor compreensão da política pública de assistência social torna-se extremamente necessário conhecermos alguns episódios da trajetória histórica que perpassa pela luta da população até chegar à promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como, a regulamentação da Assistência Social como política pública até chegar ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Assistência Social teve sua origem histórica com a prática da caridade, da ajuda, do favor e da solidariedade prestada às pessoas consideradas incapazes. Essas ações eram realizadas por grupos religiosos ligados à igreja católica e instituições privadas que enxergavam as pessoas em situação de vulnerabilidade social como sujeitos frágeis e carentes de ajuda. Pereira e Zambon (2013, p. 128) expõe o seguinte:

As práticas da assistência a quem necessitava foram idealizadas, na caridade, benemerência e filantropia aos considerados pobres, pautadas no assistencialismo e clientelismo. Estas ajudas eram necessárias e importantes para quem não tinha outra forma de acesso, mas os pobres eram culpados pelas suas condições de vida, visto como incapazes e acomodados. Nesta perspectiva, da responsabilidade individual da condição social, ou seja, se o problema era de ordem individual e não pertencendo a um contexto social o Estado não era responsável em criar as condições para o enfrentamento.

Foram muitos os desafios enfrentados pela população para que a Assistência Social adquirisse caráter de direito social, pois, nos diversos autores estudados verifica-se que no decorrer do tempo, com as inúmeras lutas que foram travadas, com o intuito de conquistar a cidadania, ocorreu um avanço no que tange a política da

assistência social a partir da garantia constitucional quando passou a constituir o tripé da seguridade social, de forma que hoje temos a Assistência Social como política pública de responsabilidade de Estado e direito de todos que dele necessitem.

Conforme mostra o preâmbulo da Carta Magna de 1988, os direitos sociais aparecem como um de seus valores supremos, ou seja, apresenta uma nova ordem constitucional assegurando a construção de uma sociedade, livre, sem injustiça e solidaria; a redução das desigualdades sociais e o fim da pobreza e da marginalização. A Constituição Federal (1988), aponta em seu Preâmbulo que:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício **dos direitos sociais e individuais, a liberdade, à segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade suprema, pluralista e sem preconceito**, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (grifo nosso)

Entre os direitos sociais também está o direito a educação que por meio das concepções de ensino formal, não formal e informal procura fortalecer os princípios de justiça social tornando os sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

A Constituição Federal marca a década de 1980, com sua promulgação no dia 05 de outubro de 1988 reconhece a Assistência Social como política social integrante da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência passando a ser um direito do cidadão deixando de ser um favor prestado pelo Estado ou por instituições filantrópicas.

A obrigatoriedade do Estado trazida pela Constituição Federal de 1988 acarretou uma grande mudança para a Assistência Social, mesmo não sendo suficiente para firmá-la como política pública, a mesma passou a ser tratada como problema público.

Esta mesma Constituição estabelece em seu art. 194 a Assistência Social juntamente com a saúde e a previdência pertencente à seguridade social. No entanto, ainda havia muito a ser feito, pois, o reconhecimento pela Constituição não foi suficiente para transformar o modelo antigo da assistência, à desvinculação das relações históricas com o clientelismo e a filantropia só aconteceu em 1993 com os princípios e diretrizes definidas nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988:

Art. 203:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:
 I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispõe a lei. Art. 204: As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previsto no art. 125, além de outras fontes, organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas e às esferas estaduais e municipais, bem como as entidades beneficentes de assistência social;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (grifo nosso).

Tanto a Assistência Social quanto a Educação são vias de desenvolvimento da participação popular. No caso da educação o incentivo a essa participação deve acontecer através da educação formal, não formal e informal. Na Assistência Social são orientadas por meio da educação não formal.

Assim, a Assistência Social que até então era vista como benesse e caridade passa a ter um status de direito. A partir dessa mudança a política pública de Assistência Social, começa a ser discutida e formulada procurando embasar-se na inclusão dos direitos sociais garantidos no texto constitucional. Buscando uma prática assistencial mais efetiva, vários grupos e movimentos sociais envolvendo intelectuais, trabalhadores, sindicatos, organizações públicas e privadas, profissionais liberais, entre outros, uniram forças a fim de construir uma proposta de Lei Orgânica e de Política de Assistência Social em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os artigos 203 e 204 foram regulamentados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93, promulgada em 07 de dezembro de 1993 durante o governo do presidente Itamar Franco depois de vários avanços e retrocesso em seu processo histórico. Pereira e Zambon (2013, p. 137) indicam que:

A LOAS definiu-se a estrutura da Política de Assistência Social descentralizada e participativa, dividindo a estrutura em Fundos Públicos para financiamento das ações; Conselhos Municipais; do Distrito Federal; Estadual e Nacional, compostos pelo poder público e sociedade civil, de forma paritária e com poder de deliberação as ações e planos.

Dessa maneira, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) não só regulamentou os pressupostos constitucionais como também garantiu o direito à Assistência Social para quem dela necessitar e ainda definiu a implantação dos benefícios, programas, projetos e serviços. Sendo assim, fica previsto na LOAS, no art. 1º a Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, compondo a Política

de Seguridade Social não contributiva, prevendo os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações e iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades fundamentais do cidadão.

No entanto, a década de 1990 foi marcada pela implantação do sistema neoliberal que provocou uma crise econômica trazendo uma onda de desemprego e desencadeando o sucateamento dos serviços públicos provocado pelos cortes nos gastos públicos e a eliminação de algumas instituições que prestavam atendimento a população e com isso o aumento dos sujeitos miseráveis restando apenas uma assistência social para aqueles que se encontrava em extrema situação de vulnerabilidade social.

Moraes (2014, p. 31) afirma que:

Ainda em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso, procurava deslocar a responsabilidade do Estado na área da assistência social para as ONGs, assim criou o programa Comunidade Solidária, coordenado pela primeira dama Ruth Cardoso. O governo FHC compreendeu dois mandatos perdurou de 1995 a 2002, seguindo um modelo neoliberal, agindo nas emergências de forma fragmentada e paliativa, de reprodução da pobreza sem interferir para alterar a distribuição da riqueza socialmente produzida.

A Política de Assistência Social passa a ganhar uma maior visibilidade após a 1º Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu em Brasília no ano de 1995 e contou com uma grande participação da sociedade. A LOAS começa a ser implantada em 1996 com a concessão de benefícios as pessoas com deficiência, aos idosos, as crianças e adolescentes. Neste período também foi iniciado a estadualização e municipalização como forma de descentralização dividindo com os estados e municípios a responsabilidade na execução das ações assistenciais.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que foi criado junto com a LOAS editou em 1997, durante 1º Conferência Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica (NOB) que teve sua aprovação em 1998. Desta forma, ainda se percebia que a Assistência Social brasileira necessitava de algo que a efetivasse verdadeiramente uma política pública. Deste modo, já haviam se passado dez anos da promulgação da LOAS e em caráter extraordinário aconteceu a IV Conferência Nacional de Assistência Social onde foi deliberado a implantação do Sistema Único de Assistência Social. (NOB/SUAS, 2012, p.13).

As normativas que mais impactaram nos rumos da Política de Assistência Social consistem na edição da PNAS/2004 e na publicação da NOB SUAS/2005, aprovadas respectivamente pelas resoluções CNAS nº145 de 15 de outubro de 2004 e nº 130, de julho de 2005, que criou o SUAS e o operacionalizou, inaugurando no país um novo modelo de organização de

gestão e oferta de serviços, programas, projetos e serviços sócio assistenciais.

Assim o SUAS fica instituído pelo conselho Nacional de Assistência Social-CNAS a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolidando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo a responsabilidade de garantir direitos e assegurar proteção social.

Logo, percebe-se que com a implantação da LOAS inúmeros avanços foram percebidos na consolidação da assistência como direito social, pois reafirmou o dever do Estado. Porém a concretização do direito à Assistência Social só passa a ser percebida após a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Observar-se que a Assistência Social procura promover o Estado Democrático de Direito através da promoção dos direitos sociais como o principal objetivo de inclusão social, promovendo oportunidades de emancipar a quem não consegue esse feito por si só.

Foi para intervir na realidade das famílias que a Política de Assistência Social foi dividida em duas categorias: proteção social básica e proteção social especializada. A Proteção Social Especial (PSE) é destinada a família ou indivíduo que se encontra em situação de risco social ou pessoal, cujos direitos tenham sido violados tendo como executor dos serviços o Centro de Referência Especializada da Assistência social (CREAS).

Contudo, no que se refere ao aspecto de proteção social básica é importante saber que a mesma está direcionada à população que em decorrência da pobreza se encontra em situação de vulnerabilidade social tendo como intuito prevenir situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Estes serviços são oferecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O CRAS foi criado pela Política Nacional de Assistência Social e implantado no ano de 2003, pelo governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é uma unidade pública estatal de base municipal que deve estar presente em todos os municípios brasileiros. Essa instituição deve estar localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

Esta instituição trabalha com o objetivo de contribuir para a construção, inclusão, resgate e fortalecimento de vínculos familiares sociais e comunitários da população em situação vulnerabilidade e risco social que se apresenta ao CRAS tanto por demanda espontânea quanto por busca ativa.

O CRAS desenvolve seus serviços de maneira articulada com outras políticas existentes no local. Além encaminhar, para o serviço especializado, as demandas que não estão dentro de sua competência e fora dos seus objetivos. Também é responsabilidade do CRAS fornecer ao órgão gestor do município informações e dados a respeito do território para subsidiar: a elaboração do plano de Assistência Social; o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados; a oferta de serviço Atendimento Integral a Família (PAIF); serviço de proteção básica e a gestão territorial de outras redes sócio assistenciais.

Por ser uma unidade de referência o CRAS desenvolve os serviços sócio assistenciais de proteção básica em seu próprio território de abrangência e executa suas ações na própria unidade desde que tenham espaços físicos e equipe de profissionais suficientes para suprir as necessidades da demanda. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de Assistência Social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados.

Para uma boa oferta dos serviços sócio assistenciais, o CRAS necessita conhecer o território para planejar suas ações de acordo com as famílias que nele vivem levando em conta suas necessidades e potencialidade e mapeando a ocorrência das situações de risco e vulnerabilidade social, bem como as ofertas de serviços já existentes.

O atendimento do CRAS está centrado em dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sócio familiar e a territorialização. A matricialidade sócio familiar, tem como foco o atendimento da família como núcleo social fundamental para a efetividade das ações e serviços da política de Assistência Social superando a ideia de que o atendimento deve ser individual. O GUIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA - CRAS, 2009 - 2012, p. 13), informa que:

O SUAS, ao eger a matricialidade sócio familiar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda rede sócio assistências para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera a família como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudanças da realidade social.

A territorialização consiste em conhecer o território para melhor compreensão das situações de vulnerabilidade e assim criar estratégias para enfrentar ou prevenir essas situações em que estar inserido realizando vigilância sócio assistenciais com o intuito e atender as famílias cumprindo os princípios da descentralização da política de

Assistência Social como também identificar suas potencialidades e procurar estimulá-las.

A esse respeito o Guia de Orientação Técnica – CRAS (2009-2012, p. 13) mostra que:

Destaca-se que território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é apenas uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressa a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade da vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilha a vida em determinada localidade.

Nesse contexto, o CRAS, tem o poder e o dever de ser um instrumento mais efetivo da política de Assistência Social, pois esta unidade tem a oportunidade de identificar os conflitos e desigualdades das contradições que atingem as famílias e da comunidade, decorrente do contexto econômico, cultural e social.

Porém, é nesse mesmo território que se encontram as potencialidades que, sendo identificadas e estimuladas, tornam-se peça fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais. É o CRAS, através da política de Assistência Social, que organiza os serviços e ações a partir das particularidades e especificidades da população do território.

As funções do Centro de Referência da Assistência Social são duas: Gestão da Proteção Social Básica no Território e a Oferta de Atenção Integral à Família – PAIF, a primeira realiza em seu território de abrangência a articulação da rede sócio assistenciais e intersetorial, como também a busca ativa. Já a segunda é função obrigatória e exclusiva do CRAS e tem como objetivo proteger as famílias e desse modo promover o acesso aos direitos prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Desta forma, CRAS (2009- 2012, p. 20) aponta que:

As duas funções do CRAS são complementares e interdependentes. A oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações - sobre demandas a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas - que contribui para a definição dos serviços sócio assistenciais necessários. Por outro lado, a gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade.

Com relação aos outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção

básica oferecida no CRAS, os mesmos precisam estar de acordo com o espaço físico disponível e contar com uma equipe de profissionais qualificados. No entanto, esta execução tem que ser feita de modo que não atrapalhe o desenvolvimento do PAIF e nem ocupe os espaços destinados a ele.

No que diz respeito a gestão territorial de proteção básica a mesma tem o objetivo de promover as ações preventivas aproximando os serviços aos locais de moradia das famílias, bem como fazer a articulação da rede de proteção básica a fim tornar o CRAS a unidade de referência para os serviços setoriais de acordo com o princípio de descentralização do SUAS.

Vale ressaltar que uma rede bem articulada torna mais viável e efetivo o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos da Assistência Social, além de ajudar na fixação das unidades, definir o fluxo entre o FAIF e os serviços de convivência e gerenciar a integração dos serviços e benefícios integrando os beneficiários de transferência de renda aos serviços sócios assistenciais usando como critérios os mais vulneráveis.

As principais ações da gestão territorial de proteção básica são: articulação das redes sócio assistenciais de proteção básica referenciada ao CRAS; promoção da articulação Intersetorial, e busca ativa. Neste sentido (CRAS, 2009-2012, p. 21).

Articulação é o processo pelo qual se cria e mantém conexão entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmica e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns. A articulação da rede de proteção social básica, referenciada ao CRAS, consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxo de informação e encaminhamento entre o CRAS e as demais unidades de proteção básica do território.

Nos municípios a responsabilidade de gerir a proteção é da Secretaria Municipal de Assistência Social. A gestão do território precisa estar de acordo com as diretrizes estabelecida pelo órgão gestor, porém é função de articulação da rede de proteção social básica e de reponsabilidade do coordenador do CRAS que junto com a equipe de referência tem o dever de organizar reuniões periódicas com as instituições que compõem a rede, atendendo orientações do gestor municipal de Assistência Social com o intuito de organizar, o acolhimento, encaminhamento, informações e estratégia para fortalecer as potencialidades locais. A Promoção da Articulação Intersetorial, que também é uma ação da gestão territorial da proteção social básica, não é governada pela política de Assistência Social.

O Guia de Orientação Técnica - CRAS, (2009 reimpresso em 2012). É o poder

executivo do município ou do Distrito Federal que articula as diversas secretarias que atuam próximo do CRAS. Essa articulação intersetorial precisa envolver a área da saúde, educação, infraestrutura, lazer, habitação, cultura, unidades de formação profissionalizante, entre outros. Porém, para que aconteça a intersetorialidade é necessário que haja por parte dos setores envolvidos uma interlocução com a Assistência Social, pois o trabalho em conjunto depende de uma boa compreensão da PNAS, do SUAS, NOB/SUAS e da NOB-SUAS/RH; bem como das funções, dos serviços ofertados, das prioridades de acesso, do fluxo de encaminhamento, entre outras responsabilidades do CRAS.

Outra ação da gestão territorial da proteção básica, é a busca ativa que de acordo com o Guia de Orientação Técnica - CRAS, (2009 reimpresso em 2012, p. 29). “É à procura intencional, realizado pela equipe de referência do CRAS das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território”.

Essa busca possibilita o conhecimento do território tornando-se fundamental, tendo em vista que a equipe do CRAS desenvolve seus projetos e ações a partir das demandas identificadas no seu território. Através da busca ativa é possível identificar os recursos culturais, econômicos, sociais e políticos, contribuir para o acesso dos serviços setoriais, perceber as necessidades de articulação de rede e definir os projetos que serão priorizados.

Dessa maneira, compreende-se que equipe de gestão territorial da proteção básica, por meio da busca ativa, constrói suas estratégias de acordo com a situação de vulnerabilidade, risco e potencialidade social que são identificadas no território de atuação. Sustentando-se em informações disponíveis em cadastro e listagens sobre as famílias e afirmando-se como fonte essencial para o desenvolvimento do PAIF.

As responsabilidades do PAIF são seguintes: prestação de serviços de acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços sócio educativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para os demais serviços sócios assistenciais de outras políticas.

O PAIF tem como objetivo oferecer proteção integral as famílias; fortalecer a convivência familiar e comunitária prevenindo o rompimento dos vínculos e a violência no âmbito de suas relações e contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social da família.

É o programa que enxerga na família um espaço propício para desenvolver a proteção social dos indivíduos e procura, através dos atendimentos sistemáticos realizados, construir um plano de acompanhamento que possibilite família ou indivíduo

inserir-se em um espaço de reflexão da sua realidade e assim transformar as relações familiares ou comunitárias e construir novos projetos de vida. Assim, O guia de orientação técnica - CRAS, 2009 reimpresso em 2012, p. 31).

O PAIF é o principal serviço de proteção social básica, ao qual todos os outros serviços devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito a convivência familiar e assegurar a matricialidade sócio familiar no atendimento sócio assistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.

Um dos serviços articulado ao PAIF é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que consiste em um serviço de proteção social básica, possui um caráter protetivo e proativo pautando-se no direito e no desenvolvimento de capacidade e potencialidade dos usuários buscando alternativa para sua emancipação e para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Segundo a ORIENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE O SCFV (2011, p. 41-42), os objetivos gerais do SCFV são:

Complementar o trabalho social com a família, prevenindo a ocorrência de situação de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial das pessoas com deficiências, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Oportunizar o acesso às informações sobre o direito e sobre a participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; Possibilitar acesso e experiência a manifestação artística, culturais e esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando troca de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a singularidade e os vínculos familiares e comunitários; Promover acesso a benefícios e serviços sócio assistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; Contribuir para a promoção do acesso a serviços setoriais, em especial política de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuir para o usufruto dos usuários aos demais direitos.

No SCFV, os usuários são divididos em grupos de acordo com as seguintes faixas etárias: crianças de até 06 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas. Os trabalhos com esses grupos devem ser planejados por educadores sociais, técnicos de referência juntamente com usuários e são desenvolvidos de maneira que estimulem as trocas culturais, compartilhem vivências desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade e fortalecendo os vínculos familiares.

Nessa direção, o SCFV tem sua organização estruturada em três eixos. Estes eixos junto com os subeixos e os temas transversais norteiam o planejamento e as

ofertas das atividades que devem estar de acordo com os objetivos do serviço.

O primeiro eixo denominado convivência social traduz a essência do serviço de proteção básica, está relacionado ao estímulo do convívio social, sentimento de pertença e a formação de identidade, aos laços sociais, processo de sociabilidade e a relação de cidadania.

Este eixo foi dividido em sete subeixos são eles: capacidades sociais; capacidade de demonstrar emoção e ter autocontrole; capacidade de demonstrar cortesia; capacidade de comunica-se; capacidade de desenvolver novas relações sociais; capacidade de encontrar soluções para os conflitos do grupo; capacidade de realizar tarefas em grupos; capacidade de promover e participar da convivência social e familiar, grupos e territórios.

O segundo refere-se ao direito de ser e tem o intuito de estimular o exercício da infância e da adolescência, tem como subeixos o direito a aprender e experimentar; direito de brincar; direito de ser protagonista; direito de adolecer; direito de ter direito e deveres; direito de ser diverso e direito a comunicação.

O último eixo é o da participação que tem como objetivo estimular os usuários a participar dos espaços da vida pública mediante a oferta das atividades planejadas. Assim como nos outros eixos, este também está dividido nos seguintes sub eixos: participação no serviço; participação no território; participação como cidadão, e participação nas políticas públicas.

As formas de acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são proporcionadas por meio de encaminhamentos do Centro de Referência da Assistência Social as demandas podem chegar ao CRAS espontaneamente, ou encaminhadas por outras políticas ou de órgãos de sistema de garantia de direitos.

Dessa forma, o SCFV pode ser ofertado diretamente no CRAS, desde que este tenha um espaço que o comporte sem prejudicar o andamento do PAIF, ou em centros de convivência e outras unidades que estejam referenciadas ao CRAS.

2 A EDUCAÇÃO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Definir Educação Social e sua inserção no Serviço Social torna-se um desafio, pois “alguns autores descrevem a educação social, outros a pedagogia social e, ainda há os que entendem esses conceitos como sendo simultâneo incluindo o trabalho social”. (MACHADO, 2013, p.9-10). Por isso compreendemos que a Educação Social deve atender as constantes mudanças sociais de maneira que seja possível considerar suas diferenças dentro das políticas públicas e do serviço social.

Este eixo social tem se tornado uma reflexão frequente que versa sobre os processos de aprendizagem que acontecem fora da escola, aqueles saberes adquiridos através dos processos sociais, coletivo e participativo que implica na Educação Não Formal que juntamente com as concepções de educação Formal e Informal compõe a Educação no seu sentido mais amplo.

A Educação Formal é aquela oferecida exclusivamente na escola com conteúdos sistematizados, obedecendo a uma sequência metodológica e uma organização curricular onde o trabalho didático-pedagógico segue uma estrutura e um planejamento intencional além de uma legislação específica. Já a educação informal acontece por meio das experiências vivenciadas nos espaços de convivência do sujeito através dos processos naturais sem intencionalidade explícita e sem planejamento.

Gohn (2006, p. 29) diferencia as três concepções de educação através dos espaços onde elas acontecem da seguinte maneira:

Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc.

Assim sendo, na **Educação Informal** não há uma intencionalidade. Os conhecimentos são compartilhados em espaços diversos onde há uma interação sociocultural sendo necessário apenas, alguém que tem algo a ensinar e quem precisa aprender. Neste caso, não existe um horário, um lugar ou tampouco um planejamento predefinido.

No que se refere **Educação Não Formal** é aquela que se dar por meio das trocas

de experiências em espaços onde acontecem ações coletivas com a finalidade de formar sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de transformar a realidade em que vive. Sendo assim, do sentido amplo Gohn (2014, p. 40) compreende a educação não formal como:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não-formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não-formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas.

O sentido de ampliação desse debate sobre o tema tem a ver com a questão estratégia e essencial de acordo com Machado (2013) de que fica mais fácil compreender e reconhecer a Educação Social quando se pensa em educação no seu sentido mais amplo tendo em vista que o ser humano se desenvolve socialmente sendo ele mesmo o protagonista desse processo no sentido de que a todo o momento e em todos os lugares ele ensina ou aprende algo. Machado (2013, p.9-15) reflete que:

Na Educação Social seriam sistematizadas as práticas educativas que acontecem em diferentes espaços e ambientes e que não seguem a didática escolar, no sentido de apenas transmitir conteúdos. Desse ponto de vista, a concepção de construção de conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação por meio da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, bem como a Educação Social podem ser considerados meios pelos quais as práticas educativas alcançam tais objetivos. Isso não significa dizer que a educação que acontece na escola não possa ter a mesma finalidade.

Outro aspecto que podemos observar é o fato de que há uma diversidade de ambiente, com os mais variados interesses, onde essa prática educativa pode ser desenvolvida, sendo assim, a Educação Social pode assumir uma perspectiva assistencialista que diverge da educação com a perspectiva de transformação da realidade.

Nosso ponto de partida indica que todas as atividades na Educação Não Formal os sujeitos aprendem sobre a política dos direitos dos cidadãos e desenvolve para produzir a sua existência, na visão marxista a principal delas é a capacitação para o trabalho visando o desenvolvimento das habilidades e potencialidades.

Logo é a partir dessa concepção que Gohn (2014, p.42) defende que deve haver,

por parte dos gestores das Políticas Públicas, uma compreensão da necessidade de se articular a Educação Não Formal com a Formal. A mesma chama a atenção para a importância da Educação Não Formal para o processo de formação e construção da cidadania destacando que, o exercício das práticas de organização são voltadas para a resolução dos problemas coletivos. A esse respeito, Gohn(2014,p. 42):

Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar – chamada por alguns de escola integral. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

Para que isso seja possível, implica que ao desenvolver uma Educação Social como uma prática educativa sendo sistematizada por diferente das práticas adotadas na escola fruir, também como princípio formador que estabelece relação o conhecimento formal, com vistas a transformar a realidade dos sujeitos. Estas práticas são desenvolvidas em diferentes espaços, podendo ser desenvolvidas inclusive no ambiente escolar, por educadores com diversas formações ou com diferentes níveis de conhecimento, cada um com seu interesse.

Vale salientar que todo esse processo não acontece dentro do ambiente escolar e sim em espaços e instituições voltadas para o desenvolvimento social dos indivíduos, como por exemplo: em movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), programas e projetos sociais.

Para que isso seja possível, concebemos relações com a Pedagogia Social que é responsável por sistematizar, categorizar e estudar as práticas da Educação Social recorrendo sempre às teorias científicas. Contudo o trabalho social, no Brasil, está ligado à área do Serviço Social que busca intervir na realidade com o intuito defender os direitos. No entanto, o trabalho social utiliza as atividades pedagógicas presentes nas práticas da Educação Social como ferramenta para realizar suas intervenções.

O Serviço Social realiza o trabalho social em uma perspectiva sócio educativa em espaços sócio comunitário conforme é possível observar no código de ética do assistente social Art. 4º onde dispõe sobre competências do Assistente Social, dispõe no inciso III sobre encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população (BRASIL, 1993). Nesta perspectiva o profissional em Serviço Social assume uma postura pedagógica de Educação Social Não Formal voltada para o enfrentamento e superação das múltiplas expressões da questão social.

No que tange ao Pedagogo/Educador Social ele atua de acordo com a Ciência da Educação com embasamento teórico capaz de enriquecer sua prática. O mesmo trabalha em uma perspectiva de Educação Popular com viés emancipador³ incentivando e orientando os cidadãos em busca da transformação da realidade e nas lutas por uma sociedade mais justa. Pereira (2015, p. 82-83), faz a seguinte reflexão:

A atividade de trabalho do educador social é ressocializar crianças, adolescentes, adultos e velhos em situação de vulnerabilidade, desfilamento ou assistidos socialmente. É um profissional que atua na situação vivida por essas pessoas de maneira a consolidar mudanças em sua vida produtiva e social; tal atuação, inevitavelmente, exige um profissional com formação ampla, contextualizada e multirreferencial. [...].

Vale salientar que Educação Social e Serviço Social integram setores públicos diferentes, porém, atuam com as mesmas finalidades que é educar para a cidadania, na busca do desenvolvimento individual e comunitário a fim de oferecer as pessoas uma melhor qualidade de vida. Sendo assim, entende-se que o trabalho intersetorial acarreta melhores soluções frente aos desafios impostos pela questão social.

Contudo, cabe afirmar que apesar das distintas definições a Educação Social e o Serviço Social estão entrelaçados, com conceitos diferentes, porém, buscando o mesmo propósito que é o desenvolvimento individual e coletivo.

Sendo assim, a Educação Não Formal é um processo educativo, intencional e coletivo que acontece fora da escola em diversos lugares onde acontecem atividades de grupo. Esse tipo de processo educativo é indispensável para construção social do indivíduo, pois, por meio dela os indivíduos desenvolvem as habilidades e potencialidades necessárias à convivência em sociedade.

Através da Educação Não Formal as pessoas tomam consciência dos seus direitos e deveres, adquirindo saberes que auxiliam na compreensão da realidade em que vive. Esta modalidade de educação não tem um currículo pré-definido, ela se desenvolve de acordo com a realidade de cada grupo. No entanto, ela não deve ser entendida como complemento para a Educação Formal nem como substituta e sim, como um potencial que intensifica a formação dos indivíduos, pois, a formação integral dos mesmos depende da Educação Formal, Não Formal e Informal.

Não se pode negar a importância desse sistema de educação frente às novas demandas que se apresenta a sociedade contemporânea ela já conquistou um espaço que

³A educação emancipadora é defendida por Paulo Freire (1993) como sendo aquela que oferece aos educandos os instrumentos para que os mesmos façam uma leitura da sua realidade a fim de construir uma consciência crítica com vista a ser o protagonista da sua própria história.

vem se ampliando a cada dia, porém ainda necessita ser debatida para que haja uma efetivação de fato.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO SOCIAL UMA ÁREA COM MÚLTIPLAS RELAÇÕES COM O POPULAR

De acordo com Gohn (2014) é que a educação, no seu sentido mais amplo, é a somatória da Educação Formal, Informal e Não Formal sendo que esta última é o aprendizado adquirido ao longo da existência do sujeito por meio da participação social, cultural ou política.

A relação que se coloca em que a Educação Não Formal tem seu espaço próprio. Porém, ainda não efetivou seus objetivos de se transformar em programa de formação dos cidadãos. “A preocupação em definir a Educação Social pode ser tão importante quanto à necessidade de resolver o complexo mundo dos problemas sociais brasileiros”. (CARO, 2009 apud SOUZA; GARCÍA, 2015, p.98).

Dessa maneira, é notório que a Educação Não Formal, por si só, não forma o cidadão. Por isso destacamos que, ela também não deve ficar de fora dessa formação, pois, existem questões na sociedade que a Educação Formal não consegue abordar da mesma forma que a Educação Não Formal. São questões específicas de cada grupo que precisa ser trabalhada no próprio grupo, na maioria das vezes em seu próprio território.

O dinamismo da Educação Social contribui para a reflexão do tema formação do Educador Social visto que, a mesma entende o sujeito como um ser pensante e ativo. Assim, consideramos que, para realizar seu trabalho educativo, esse profissional deve conhecer e entender as teorias e os processos estratégicos que compõe a Educação Social e assim construir o repertório de práticas que requer sua atuação, compreendendo que a transformação social não depende só do educando, mas, também de um educador consciente do seu papel. Aqui podemos nos conduzir por três categorias para a prática educativa, são elas: a inovação epistemológica, o engajamento político e a visão de mundo esperançosa. Para Santos; Paula (2014), “esses são componentes tanto da Educação Popular quanto da Pedagogia social, contudo, nessas duas áreas, esses componentes auxiliam na superação de condições opressoras e emancipação das pessoas através dos processos educacionais”.

Segundo Santos, Paula (2014, p. 36), no que diz respeito à Pedagogia Social, “tanto na Europa, como no Brasil, é preciso destacar que esta área tem procurado discutir o atendimento a todas as pessoas em condição de vulnerabilidade social, independente de classe social e condições econômicas”. Todavia, existe um grande

desafio em atender toda essa demanda considerando a dificuldade do Estado em atender toda população. Sendo assim, a Pedagogia Social, vem procurando diferentes estratégias para responder a toda essa demanda. Reconhecemos que as propostas de Paulo Freire vêm resistindo ao longo do tempo e do espaço, e que o Educador Social tem tido sua atuação dentro da Educação Popular um elemento transformador e estimulador para o desenvolvimento de habilidades e competências no social. Neste sentido, Santos e Paula (2014, p.35).

Entre ensinamentos como a leitura da palavra e a leitura do mundo, Freire nos deixou uma fecunda obra que se faz atual até os dias de hoje. Seu pensamento engajado, com força e criatividade que continua a nos provocar, principalmente para reinventá-lo. Dentre vários aspectos que poderíamos destacar, chamamos a atenção para as características mais marcantes, segundo nossa compreensão, do pensamento freiriano, que fazem de sua obra uma referência imprescindível a diferentes campos do saber: a inovação epistemológica; o engajamento político; a visão de mundo esperançosa e o seu significado na atualidade. Ainda que sem a intenção de tornar-se uma teoria institucionalizada, sua produção intelectual influenciou a formação de diferentes campos teóricos em nível internacional, como por exemplo, a Animação Sociocultural na Espanha; a Educação de Jovens e Adultos, os Programas Comunitários de Educação Social, Projetos de Educação Ambiental, Educação Social para pessoas com droga dependência, a Pedagogia Hospitalar, dentre outras perspectivas educacionais.

E continuam sobre a dimensão subjetiva dos sentidos de contribuição de Paulo Freire e outros estudiosos que fornece inspiração para os processos socioeducativos inovadores. Nesse sentido, Maciel (2014, p. 7) coloca que “a educação, enquanto produto de uma construção social e histórica deve ser apreendida à luz da totalidade concreta, a partir de sua conexão com a realidade social, integrada a outros fenômenos que se relacionam”. Santos e Paula (2014, p.41) observam que:

Essas considerações podem contribuir de fato com a proposição de ações verdadeiramente impactantes na realidade dos sujeitos com os quais lidamos no campo social. Vinculando a nossa história de lutas travadas pela educação popular com as propostas técnicas advindas da pedagogia social certamente encontraremos caminhos sólidos para que uma pedagogia social original aconteça.

As autoras (SANTOS; PAULA, 2014) ainda destacam que a Educação Popular e a Educação Social estão intimamente ligadas pelo fato de compartilharem os mesmos aspectos fundamentais sendo que a primeira atua diretamente nos movimentos sociais na defesa dos direitos, e a outra busca o desenvolvimento social daqueles que estão em vulnerabilidade social. Acrescentam que apesar dos espaços geográficos em que elas se desenvolveram e das peculiaridades de cada uma as mesmas podem caminhar para

mesma direção contribuindo para mudanças na sociedade.

Deste modo, é possível compreender que a Educação Social e a Educação Popular são áreas distintas. Todavia, ambas enxergam a educação como direito e tem o objetivo desenvolver estratégias educacionais com o intuito de promover a educação para cidadania. Essa concepção de educação tem no legado de Paulo Freire um aporte teórico fundamental para desenvolver sua prática.

Freire (1993) “defendia uma pedagogia transformadora capaz de formar um sujeito crítico consciente de seu papel, que compreenda sua realidade e lute para transformá-la. A educação defendida por Freire vai de encontro às necessidades educacionais presente em nossa sociedade”. Assim sendo, o Educador Social encontra nas obras de Paulo Freire fundamentos para construir seu repertório de práticas e respaldar seu fazer profissional.

3.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS DE PILÕES-PB

Em pilões o CRAS está localizado na Rua Cônego Teodomiro S/N Centro. Foi implantado em primeiro de janeiro de dois mil e sete como um local de apoio para as famílias carentes que vivem em condições de vulnerabilidade e risco social, tais como: família e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos afetivo, cultural e sexual, ciclo de vida, entre outros.

Neste município o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV e o Programa Criança Feliz-PCF, que são programas sociais do governo federal e são coordenados pelo CRAS, desenvolve suas atividades no mesmo prédio onde funciona o CRAS, pois o mesmo tem um espaço amplo para a realização das atividades de convivência com os grupos. Nesta instituição é realizado atendimento social, escuta psicológica orientação jurídica além de palestras rodas de conversas e outras ações que são realizadas de acordo com as necessidades que surge.

A equipe técnica de profissionais que compõe o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é formada por: duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma advogada e uma coordenadora geral. O Programa Criança Feliz é composto por: cinco visitantes e uma supervisora. No que tange ao SCFV deste município a mesma tem uma equipe formados por seis educadores sociais e uma supervisora todos auxiliados por dois auxiliares de serviços gerais e uma cozinheira.

Para o atendimento anual com cerca de 500 famílias o CRAS tem como fonte de financiamento os recursos federais enquanto o município entra com uma contrapartida

disponibilizando o espaço, parte do quadro de funcionários e os recursos para os benefícios eventuais.

No SCFV de Pilões são realizadas várias ações nas áreas culturais, esportivas e de lazer, geração de renda; orientações sobre saúde, planejamento familiar, higiene; roda de conversa, palestra, discussões e debates sobre temas de interesse da comunidade. As atividades são planejadas a cada quinze dias pela equipe de educadores sempre levando em consideração as demandas existentes no território de abrangência do CRAS.

As atividades são realizadas através de oficinas sendo em esporte e lazer, artesanato, música, dança e produções literárias. Quando se há necessidade de se trabalhar um tema de outros setores que a equipe não domina a rede sócio assistencial é acionada para que um profissional preparado possa fazer esse trabalho.

As atividades com criança e adolescente acontecem segunda, terça e quartas feiras enquanto as atividades com os idosos acontecem as quintas ficando a sexta-feira para o planejamento e outras atividades internas.

Os usuários neste SCFV são divididos por faixas etárias formando três grupos de crianças e adolescentes um grupo de mulheres e um de idosos ao todo são duzentos e dez inscritos.

Ante ao exposto, é notável a importância da articulação entre as políticas de Assistência Social e Educação, considerando as inúmeras contribuições que esta parceria pode trazer tanto no campo social quanto no educativo. Um exemplo de trabalho intersetorial entre essas políticas são os programas de transferência de renda que tem como condicionalidade a permanência das crianças e adolescente na escola. Cabe também mencionar o baixo rendimento escolar e as dificuldades de aprendizagem que pode estar relacionada a questões de vulnerabilidade social merecendo um olhar da assistência social para que juntamente com a política de educação, haja um enfrentamento dessas dificuldades na perspectiva de uma educação emancipadora.

Para o Conselho Federal de Serviço Social- CEFSS (2011, p. 59):

A constituição de uma política educacional fundamentada na formação humana integral e emancipatória sugerem a afirmação do atendimento das necessidades sociais e comunitárias, a afirmação dos direitos sociais, dos valores democráticos e de justiça social e, em especial, a construção de uma nova ordem societária. Dessa forma, a atuação do Serviço Social espalha-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos/as educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos/as diversos/as educadores/as do sistema de ensino e, ainda, apresenta-se como possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais políticas sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos.

É no cenário da educação social que estas questões são abordadas através da Educação Não Formal que possibilita atuar em questões que a escola por meio da Educação Formal não consegue.

3.2 Construção da metodologia: lócus e coleta de dados

Esta pesquisa intitulada Cenas Brasileiras – a Intersetorialidade entre a Educação Social e a Assistência Social no CRAS de Pilões-PB objetiva analisar a Educação Social no âmbito da Pedagogia, no município de Pilões na Paraíba.

A pesquisa se apresenta de cunho qualitativa/exploratória, pois a pesquisa qualitativa é a mais indicada quando se trata de pesquisa social visto que busca estudar as ações e relações humanas, conforme destaca Minayo(2000,p. 22):

A rigor, qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. [...]

No que se refere à pesquisa exploratoria Gil (2010, p. 27), defende que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior finalidade com o problema, com vistas a torna-los mais explícito ou a construir hipótese. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativo ao fato ou fenômeno estudado.

Com vista disso, selecionamos atentamente instrumentos e fontes que oferecessem o suporte necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Dessa maneira, para este estudo, utilizamos o procedimento técnico da observação participante, que consiste em um contato direto entre o pesquisador e o pesquisado. Esta técnica é um meio importante para enriquecer uma pesquisa, pois permite a observação do fato ou fenômeno direto na realidade pesquisada através de uma convivência cotidiana. Também foi utilizado um questionário para coleta de dados *in lócus* e realizado leituras em livros e artigos científicos e materiais, que discutiam a temática proposta pelo presente trabalho.

As principais fontes foram: Nascimento (2010) que reflete sobre as possibilidades e limites para a intersectorialidade das Políticas Públicas; Barreto (2020), que descreve a intersectorialidade como sendo a articulação e estratégia no planejamento, realização e avaliação para responder as demandas de vulnerabilidade social de um determinado território; Maciel (2019) que analisa a configuração fragmentada e

desarticulada das políticas sociais, bem como a relação do trabalho dos assistentes sociais com a intersetorialidade; Santos, Paula (2014) que procura destacar em obras de Paulo Freire fundamentos referente à Pedagogia Popular e Social, de modo a contribuir para reflexões em torno da temática formação do educador social no Brasil; Machado (2013) apresenta conceitos que traz uma melhor compreensão a respeito da concepção de Pedagogia Social, dialogando com as definições da Educação Social, Pedagogia Social e Intersetorialidade, enfatizando a interligação existente nas áreas citadas e Ghon (2014) que faz uma reflexão sobre os processos de aprendizagem que acontece fora da escola a Educação Não Formal, Freire (1993) que defende uma pedagogia transformadora capaz de formar um sujeito crítico consciente de seu papel, bem como outros materiais como: código de ética do assistente social, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Orientação Técnica Centro de Referência da Assistência Social, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Norma Operacional Básica-NOB-SUAS.

O público alvo da referida pesquisa foram os estudantes do oitavo período do curso de Pedagogia da UEPB Campus III turno manhã, e a equipe de educadores sociais do SCFV coordenado pelo CRAS de Pilões-PB. A escolha desse público se deu pelo fato de alguns sujeitos do primeiro grupo vir a está inserido neste campo futuramente e o segundo por já está vivenciando a realidade pesquisada, para assim, podermos fazer um paralelo entre a formação inicial e continuada do profissional de Educação Social.

Além das observações feitas e informações colhidas no local foi utilizado para a coleta de dados um questionário semiestruturado com três questões abertas no *Google Forms* que foi enviado via WhatsApp aos estudantes de Pedagogia da UEPB e devolvido pelo mesmo aplicativo. A escolha desse tipo de instrumento de coleta de dados se deu, principalmente, pelo fato de estarmos vivenciando um momento pandêmico⁴ que impediu o contato direto com os mesmos. No que se refere aos educadores sociais o questionário foi entregue impresso e em mãos, devido a convivência da pesquisadora⁵ com esse grupo faz parte do cotidiano da pesquisadora.

Apresentamos a seguir as análises e discursões dos dados obtidos através das respostas dos participantes da pesquisa. Os sujeitos convidados a participarem da mesma foram estudantes do oitavo período do curso de Pedagogia da UEPB Campus III

⁴ A disseminação da Covid-19 constituiu-se um risco de saúde pública. Por causa do surto da doença a Organização Mundial da Saúde a OMS caracterizou, o surto, como pandemia. Isso acontece quando uma doença se espalha por vários países. Em vista disso, para tentar conter o vírus, foram adotadas várias medidas entre elas o distanciamento social.

⁵ Ocupa a função de Educadora social no CRAS do município de Pilões-PB especificamente no SCFV.

turno manhã e os educadores sociais do SCFV coordenado pelo CRAS de Pilões-PB.

Com relação ao primeiro grupo o PPC do curso de Pedagogia da UEPB (2016) destaca que o curso de Pedagogia desta instituição foi criado em meados do ano de 2005, com o intuito de formar docente para atuar, de preferência, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Porém, o Pedagogo formado nesta instituição estão aptos a exercerem sua profissão também em espaços não-formais. O PPC do curso de Pedagogia da UEPB, 2016, p.33) mostra que:

O Perfil do egresso em termos de saberes, competências e habilidades necessárias à formação profissional, observa: conhecimento da realidade regional; compromisso social; respeito à diversidade, à ética, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como valores; autonomia intelectual; postura crítica, reflexiva e transformadora; competência profissional para o mundo contemporâneo entre outros.

Em vista disso, julgamos interessante entrevistar os dois grupos para fazer um confronto das respostas obtidas. Assim, os sujeitos do segundo grupo são jovens contratados pela gestão municipal para exercerem o cargo de educador social no SCFV. Geralmente o contrato é de um ano podendo ser prorrogado por mais um ou dois anos. Dos seis educadores sociais entrevistados apenas um possui ensino superior e os demais ensino médio. Cabe resaltar que, a maioria dos educadores não teve nenhum tipo de formação a respeito da atuação do educador social sendo que, apenas um teve uma formação por meio de um curso de extensão oferecido pela UEPB.

Para identificar os sujeitos participantes desta pesquisa nomeamos os estudantes do oitavo período do curso de Pedagogia da UEPB Campus III turno, como: Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3 e assim sucessivamente. Já os educadores sociais do SCFV coordenado pelo CRAS de Pilões-PB chamaremos de Educador 1, Educador 2 e assim por diante. As respostas que serão analisadas foram as obtidas através do instrumento de coleta já apresentado, no qual continha as seguintes perguntas:

- 1) Em sua percepção, o que é intersetorialidade nas políticas públicas?
- 2) Como avalia sua parceria com a Educação e com a Assistência Social?
- 3) Em sua opinião, há dificuldades para efetivar a intersetorial? Se sim, quais?

O referido questionário foi enviado a vinte e dois estudantes e seis educadores sociais dos quais apenas oito estudantes e dois educadores responderam. No que se refere aos Educadores Sociais foram feitas três tentativas com o intuito de coletar os dados suficientes para realização deste estudo os quais, em sua maioria, se negaram a responder o questionário alegando não ter familiaridade com o tema ou estar inseguro com questões políticas de cunho partidário para responder o questionário.

Diante do questionamento 1) Em sua percepção, o que é intersetorialidade nas políticas públicas? Os Estudantes 1,3,6 e 8 responderam que:

Quadro 1: respostas dos estudantes 1, 3, 6 e 8 edos educadores 1 e 2

Estudante 1	Bom, para que haja a intersetorialidade deve haver uma união entre os poderes e grupos diversos na busca por objetivos em comuns. Isso se dá através de um processo de democracia, respeito e intencionalidade abrangendo setores como educação, saúde e economia.
Estudante 3	A intersetorialidade consiste em integrar ações que viabilize a interação entre setores diferentes, assim, nas políticas públicas um dos principais objetivos é construir parcerias que colaborem com o desenvolvimento de ações voltadas a questões sociais para obter melhores respostas dentro das instituições com a utilização adequada dos recursos destinados aos projetos sociais.
Estudante 6	É a articulação de diversos setores objetivando a resolução de problemas sociais.
Estudante 8	São formas de articulação e ações de diferentes setores que integram as políticas públicas que buscam intervir, melhorar com base em seus objetivos problemas e questões sociais.
Educador 1	A intersetorialidade trata-se de mecanismos de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da política pública, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais.
Educador 2	É o mecanismo de gestão e integrações de ações e saberes e esforços da política pública.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na visão destes participantes existe um ponto de convergência que vai de encontro ao pensamento de Barreto (2020, p.31), onde afirma que a intersetorialidade “[...] aparece entre as Políticas Públicas como a articulação e estratégia no planejamento, realização e avaliação para integrar e responder as demandas de vulnerabilidade social de um determinado território”. Contudo, o Estudante 1, cita apenas três setores educação, saúde e economia quando na verdade a intersetorialidade acontece em todos os setores onde haja interesses em comum.

Quadro 2: respostas dos estudantes 2 e 5

Estudante 2	Gestão de políticas públicas, que busca a resolução de paradigmas sociais.
Estudante 5	Acredito que a intersetoriedade dentro das políticas públicas, permeiam por direções e associações que auxiliam alguns setores em suas construções de saberes e esclarecimentos dentro do âmbito educacional.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

A fala do Estudante 2, trata o trabalho intersetorial como Gestão de Políticas Públicas porém, não traz a articulação entre os setores que é a premissa para que aconteça a intersetorialidade. Conforme Maciel (2019, P.9) “[...] compreende-se o trabalho intersetorial como essencial para o desenvolvimento de ações com perspectiva de integralidade e na construção de estratégias articuladas, pautadas no reconhecimento de diferentes contextos e de objetivos comuns”.

Já o Estudante 5, mostra uma certa contradição ao citar que a intersetorialidade

permeia por direções e associações que auxiliam alguns setores e em seguida resume a mesma à apenas ao âmbito educacional. Essas questões demonstram um conhecimento limitado sobre o tema. Pode-se dizer que existe na fala deste participante uma visão fragmentada a respeito do tema tratado. Para Maciel (2019, p.9) não cabe esse tipo de visão, pois, o mesmo defende “[...] a importância da complementaridade das ações dos diferentes setores, partindo do entendimento que não se atua sobre um fenômeno multideterminado adotando estratégias isoladas e fragmentadas.”

Quadro 3: resposta dos estudantes 4 e 5

Estudante 4	Na minha opinião é a comunicação e a integração dos mecanismos dos diferentes setores públicos que se relacionam entre si, embora não sinto propriedade para falar a respeito.
Estudante 7	Sou bem leiga no assunto, contudo, acredito que trata-se da articulação entre diversos setores criando relações no âmbito das políticas públicas.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os estudantes 4 e 7 trata o assunto sem muita convicção deixando explícito um conhecimento raso sobre o tema. De acordo com Barreto (2020, p.35), [...] “É importante compreender como acontecem às estratégias de intersetorialidade e a formação de ações em rede, visando a superação das fragmentações sociais, apesar de constitui-se desafio.” [...].

Quando indagados como avaliam a parceria da Educação com a Assistência Social os Estudantes 1,2,3,4,5,6 e 8 destacam a importância da articulação entre as políticas de Educação e Assistência Social apresentando pontos positivos que essa parceria pode trazer para os cidadãos conforme respostas abaixo.

Quadro 4: respostas dos estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8

Estudante 1	Trazer a intersetorialidade nos espaços educativos é de grande relevância, tendo em vista sua amplitude de possibilidades no que tange as práticas cotidianas, como por exemplo, a arte, dança e demais formas de expressão. Sem contar a importância de comunicação com os distintos grupos aos quais fazem parte tanto das escolas como das assistências sociais, viabilizando oportunidades de trocas e experiências entre os coletivos
Estudante 2	Positiva, porém se faz necessário uma ação mais integradora. Permitindo que o sujeito que ali estão inseridos se posicione diante das questões de seu lugar de vivência, atuando de modo efetivos para os problemas que rodeia sua comunidade.
Estudante 3	A articulação entre ambas consiste em um objetivo comum dentro da perspectiva de intervenções educacionais, como as questões de problemas sociais. Onde a sua relação é de grande relevância para as propostas educacionais no campo escolar e na assistência social dada ao sujeito; é uma forma de garantir que o mesmo possa desenvolver mecanismo de saberes múltiplos. O diálogo destas pode contribuir fortemente para a formação do cidadão
Estudante 4	Embora tenha participado de debates acadêmicos sobre a educação e a Assistência Social avalio que minha parceria não é tão relevante em detrimento da importância que há na atuação da educação social.
Estudante 5	Essa parceria é de grande importância, pois proporciona inúmeras oportunidades

	para muitas famílias, assim engrandecendo o processo de aprendizagem de todos e todas.
Estudante 6	Sua parceria com a Educação e a Assistência Social é de fundamental importância para o enfrentamento e a resolução de problemas que assolam a sociedade, bem como auxiliar na formação integral do/a cidadão/ã. Social
Estudante 8	Bem, pelo pouco que conheço sobre essa articulação, vejo como algo necessário é que precisa de mais atenção, pois muitas famílias e até mesmo as escolas públicas necessitam de ações por parte da assistência para que essas famílias e esses usuários tenham o apoio, para que seja garantido os direitos básicos dos cidadãos

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Ao reconhecer a importância dessa parceria estes participantes também reconhece a intersetorialidade como meio capaz de resolver problemas sociais que na opinião de Nascimento (2010, p. 96):

A intersetorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas[...]

Notou-se que alguns participantes tiveram dificuldades em responder a questão dois, foi o caso dos Estudantes 7 e os Educadores 1 e 2.

Quadro 5- respostas do estudante 7 e dos educadores 1 e 2

Estudante 7	Nunca tive nenhuma parceria com Assistência
Educador 1	O assistente social é o responsável por orientar os diretores, coordenadores, professores, pais e alunos a seguirem e cumprirem um papel social importante para a escola, respeitando e entendendo os direitos que cada um possui e suas responsabilidades no meio educacional, tornando a família e a escola mais próxima, para que juntos possam contribuir na formação de novos cidadãos.
Educador 2	Não respondeu

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Diante das respostas destes participantes notamos, mais uma vez, certa falta de conhecimento no que se refere ao trabalho intersetorial dificultando assim a implementação deste mecanismo para resolução de problemas da sociedade. Miotto; Schutz (2011. p. 17 apud MACIEL (2019, p.8) afirma que:

Um dos grandes obstáculos na consecução de ações articuladas manifesta-se na reprodução de corporativismos. [...] muitos profissionais não estão preparados para realização de um trabalho articulado, pois existem algumas barreiras, inclusive, porque as profissões querem garantir seu espaço. Observa que daí advém uma falta de comunicação [...] dificuldades de entendimento entre setores e profissionais, nas quais estão presentes disputas individuais, disputas de secretarias por reconhecimento, entre outras.

Na relação da parceria da educação com a assistência social percebe-se a

intencionalidade de realizar ações intersetoriais, porém ainda é um desafio talvez pela acriticidade na prática, a invisibilidade da prática, a robotização, e esse discurso polissêmico.

Resposta 3 - Em sua opinião, há dificuldades para efetivar a intersectorialidade? Se sim, quais? Esta foi a terceira e última questão. Os participantes responderam:

Quadro 6- respostas dos estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 e dos educadores 1 e 2

Estudante 1	Existem bastantes dificuldades, como a falta de comunicação, abertura, pensar no/em coletivo. São apenas alguns exemplos mais cotidianos que infelizmente limitam as práticas e tornam as relações entre os diferentes grupos e sujeitos mais distantes.
Estudante 2	Dificuldades sempre vão existir, mas a principal seria o não apoio da comunidade. Se faz necessário um trabalho conjunto para que tudo possa funcionar bem.
Estudante 3	Sim, quando tratado de políticas públicas existe a falta de participação dos órgãos competentes para a efetivação das propostas, como também a falta de responsabilidade determinadas e competentes a cada setor na formalização de parcerias entre instituições formais e não formais.
Estudante 4	Sim a dificuldade, porque é difícil unir os diferentes mecanismos ao um comum acordo, tendo em vista que cada setor possui sua função, então efetua um trabalho que envolve a intersectorialidade demanda dificuldades na união de ideias, colaboração mútua e engajamento dos setores envolvidos
Estudante 5	Sim, muitos setores estão ainda com o pensamento fechado, onde seus olhos estão tapados para o bem maior, querem apenas aplausos para si, não querendo dividir os “aplausos” com a equipe. Com isso deixando na mesmice o trabalho social e educacional
Estudante 6	Sim. Muitas das vezes os problemas dos indivíduos são abordados separadamente por cada setor específico, sem que haja a articulação dos demais setores. Como também, existe uma defasagem no que se refere aos recursos financeiros e humanos que oportunizam maior engajamento e efetivação da intersectorialidade nos espaços sociais.
Estudante 7	Não tenho muito conhecimento a respeito do assunto. Mas acredito que tentar vincular diferente setores tem suas dificuldades
Estudante 8	Sim, nem todos contém uma habitação, uma Educação de qualidade, saúde, assistência, segurança alimentar trabalho e renda ...
Educador 1	sim. Há questão para o avanço da gestão da política pública, mas também há as dificuldades que as políticas setoriais possuem no processo intersectorial, isto por conta da própria cultura, dificuldade político-partidarias e outras questões que incidir sobre a execução das políticas, já que vão defrontar interesses e mecanismos lobistas para sua existência e importância.
Educador 2	sim. A falta de estrutura administrativa que possibilite a articulação intersectorial e a criação de instrumentos de gestão para procedimentos de monitoramento e avaliação de ações integrada; - Remanejamento dos recursos financeiros e humanos para a sua concretização - Apoio de equipe técnica capacitada para a operacionalização da ação intersectorial na sua esfera prática. Além da necessidade dos setores dialogarem entre si, que se conheçam e contrua formas de trabalho conjuntamente também é preciso que os envolvidos possuam capacidade técnica para que a intersectorialidade tenha o êxito esperado.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Todos os participantes acreditam haver dificuldade para efetivar a intersectorialidade. Entre elas citam vários aspectos como a falta de: comunicação, abertura, pensar no/em coletivo, participação, responsabilidade, colaboração,

engajamento, como também, a falta de estrutura administrativa, de equipe capacitada, dificuldades político-partidária, a cultura, entre outros.

Isso implica pensar de acordo com Maciel (2019, p.8) que pontua: “contudo, assim como na ação intersetorial existem desafios, na articulação entre diferentes profissões não é diferente”, ainda complementa: “Desse modo, superação de tais dificuldades é imprescindível para desenvolvimento de um trabalho condizente com a perspectiva de totalidade, necessária à intersetorialidade.” [...] (Maciel, 2019, p.8).

No conjunto das respostas, e os estudantes demonstram ter pouco conhecimento do debate acadêmico sobre a Educação Não Formal, as Políticas Públicas e a Intersetorialidade. Nas falas, destacam-se elementos e características que denotam interesse em compreensão do significado de Intersetorialidade, por outro lado, fica evidente nos depoimentos que as ações exigem a articulação de rede e que impõe a necessidade de superação das fragmentações das Políticas Públicas.

Já no conjunto das respostas dos profissionais do CRAS, esses reforçam a necessidade de Políticas Sociais mais integradas e demonstram pouca compreensão sobre a Intersetorialidade da Educação com o Serviço Social. Contudo, o primeiro domínio da análise refere-se a compreensão dos profissionais sobre a Intersetorialidade e as Políticas Públicas. Esse domínio teve por objetivos: a) compreender as políticas de Educação e Assistência Social, a partir da intersetorialidade no CRAS; b) identificar as proposituras da relação entre o Serviço Social e a Pedagogia Social. Os efeitos da fragmentação dessa intersetorialidade são percebidas pelos profissionais que executam o serviço de Educador Social a população, e recaem sobre estes e os usuários, dificultando o processo de aprendizagem e desenvolvimento social. Temos assim, uma preocupação que nos leva a querer entender o que estamos produzindo tem, em última instância, uma conveniência social.

Além de tudo o que foi apontado ainda nos deparamos com as relações de poder, a ausência de diálogo entre as políticas, a impossibilidade de desvendar a intersetorialidade em todas as suas nuances, as questões que interferem no exercício profissional como as transformações no mundo do trabalho através da precarização, elevadas horas de trabalho, baixa remuneração, ausência e concurso público, polivalência, fragilização dos vínculos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersectorialidade entre a Educação e a Assistência Social é, sem dúvidas, um meio eficaz para construir as estratégias e enfrentar os problemas sociais de interesse dessas duas políticas. Porém, ainda existem muitas dificuldades na hora de efetivá-la tendo em vista a visão fragmentada das políticas públicas, a falta de conhecimento do trabalho intersectorial por parte dos profissionais, a disputa entre os setores, entre outras tantas dificuldades.

No que se refere ao contexto do CRAS de Pilões-Pb estas dificuldades não são diferente, sobretudo pela pouca compreensão, da maioria dos profissionais, a respeito deste mecanismo tão importante. É sabido que, para que haja a articulação entre os setores é preciso que os envolvidos compreendam, de fato, como acontece as estratégias do trabalho intersectorial. Porém, ao que percebemos não é o caso dos egressos do curso de pedagogia da UEPB campus III nem dos educadores do SCFV do município acima citado.

No CRAS especificamente, o SCFV é um espaço onde acontece a intersectorialidade. Sendo o CRAS uma instituição vinculada a Assistência Social que trabalha com o intuito do desenvolvimento social dos sujeitos, porém, é por meio do campo da educação não formal que os educadores sociais promovem este trabalho. Todavia, fica explícito que, no CRAS de Pilões-PB. Esse trabalho acontece sem o devido entendimento de que há a articulação entre as duas políticas, isso comprova nossa hipótese de pesquisa é de que há riscos sociais apontados pelo baixo nível de entendimento das políticas setoriais e os benefícios de suas articulações.

Isto posto, compreendemos que a intersectorialidade entre as políticas públicas traz inúmeros benefícios, porém, ainda não é bem compreendida entre os profissionais que atuam nela. Observa-se que o despreparo dos educadores sociais um risco para os sujeitos que estão a carecer dos benefícios do trabalho desses profissionais para seu desenvolvimento e convivência em sociedade.

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, e a questão problema foi respondida. De fato a intersectorialidade ainda é um conceito considerado novo pelos sujeitos pesquisados. Todavia, o tema estudado é complexo e ainda demanda a continuidade do estudo no intuito de descobrir a causa do fenômeno apresentado. Que poderá contribuir para a continuidade do debate a cerca da intersectorialidade entre as políticas públicas, bem como, para aprofundar a compreensão, reflexão e o diálogo referente ao trabalho intersectorial entre Educação e Assistência Social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raísa Queiroga. **Programa saúde na escola e as práticas intersetoriais das políticas públicas**. Monografia apresentada ao programa de pós-graduação em educação e políticas públicas. Guarabira, 2020.

BIZERRA, C. et. al. **Formação do Educador Social: construção de uma nova prática**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora, Massanga, 2002. (Gestão Pública e Cidadania, n.1).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, **código de ética do assistente social**, Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm >acesso em: 24 nov.2021.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso em: 27, nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientação Técnica Centro de Referencia da Assistência Social**, 1º ed. Brasília, 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate**. Norma Operacional Básica-NOB-SUAS, Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 29,nov.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Sao Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOHN, Maria da Glória **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 2006 disponível em< <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt> a >acesso em 23 nov.2021.

GOHN, Maria da Gloria, Educação Não Formal, **Aprendizagem e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação, 2014.

MACHADO, Érico Ribas. **Fundamentos da Pedagogia Social**. Editora Unicentro, Paraná, 2013.

MACIEL, Dioneia Edlyng. Intersetorialidade e o direito à educação: contribuições do(a) assistente social neste contexto. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília**. 2019. Disponível em:

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1300>. Acesso em: 03 de out.2021.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MORAES, Raquel Zarzalli Nabel. **Análise da política de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social de Bagé/RS**. 2014. 114 f. Dissertação (Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_c626d0b2d4942f0a7597aae1172d43df

Acesso em: 06 out, 2021.

NASCIMENTO, Sueli do. **Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas**. Serviço social & Sociedade, São Paulo, 2010, disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/abstract/?lang=pt>

Acesso em: 03 de out.2021.

PEREIRA, A. Formação de educadores sociais: profissionalização técnica, para quê? CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 5., 2015, Vitória. Anais [...]. Vitória, ES: UFES, 2015.

PEREIRA, Maria Lucimar; ZANBOM, Rodrigo. **Política Social II**. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2013.

SANTOS, Karine; PAULA, Ercilia Maria Angeli Teixeira de. **A Teoria de Paulo Freire como Fundamento da Pedagogia Social**. Interfaces Científicas – Educação. Aracaju. 2014.

SOUZA, Renata Kerr de; GARCIA, Edelir Salomão. **PEDAGOGO/EDUCADOR SOCIAL E OS NOVOS CAMPOS DE ATUAÇÃO**. Anais online, UEMS, 2015, p.96-109. Disponível em<

[file:///C:/Users/Raisa/Downloads/926-1458-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Raisa/Downloads/926-1458-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em 05 set de 2021.

UEPB, PPC, do curso de pedagogia, 2016. Disponível em:

<https://sistemas.uepb.edu.br/carelatorios/RelatorioPPC?id=16&rl=RelatorioPPC> Acesso em: 05, Abr. de 2022.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO – DISCENTES DE PEDAGOGIA
– UEPB**



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Maria Do Livramento Pereira Da Silva

Prezado(a) estudante do curso de Pedagogia da UEPB, estamos realizando a pesquisa - **CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB**, cujo objetivo é analisar como acontece a intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, abordando os desafios no contexto CRAS de Pilões-PB, buscando compreender como essa modalidade de educação promove uma formação humanista e crítica direcionada para o processo de inserção dos sujeitos na sociedade.

Convido-a (o) a participar e contribuir com esta pesquisa, que consiste em um trabalho de conclusão de curso, orientada pela Prof^ª Raísa Queiroga Barreto. Informamos que não haverá divulgação de conteúdos não autorizados, os dados serão usados únicos e exclusivamente para fins de pesquisas/acadêmicos (análise e publicação de trabalhos de cunho científico). Elencamos que sua participação ocorrerá de forma voluntária e não acarretará nenhum ônus ou prejuízo, podendo desistir da participação nesta pesquisa a qualquer momento, devendo apenas informar ao pesquisador. Ressaltamos ainda a grande relevância de sua participação para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa. Contamos com sua colaboração.

Eu, _____, declaro conhecer o Projeto de Pesquisa intitulado “**CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB**”, sob a orientação da Prof^ª Raísa Queiroga Barreto da Universidade Estadual da Paraíba, bem como, autorizo a coleta de dados e divulgação de conteúdos e de imagens, conforme proposto no projeto.

_____, _____ de _____ 2021

Assinatura do (a) Discente de Pedagogia.

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO – DISCENTES DE PEDAGOGIA
– UEPB**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA

PARAÍBA

CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Maria Do Livramento Pereira Da Silva

Prezado(a) educador(a) social, estamos realizando a pesquisa - **CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB**, cujo objetivo é analisar como acontece a intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, abordando os desafios no contexto CRAS de Pilões-PB, buscando compreender como essa modalidade de educação promove uma formação humanista e crítica direcionada para o processo de inserção dos sujeitos na sociedade.

Convido-a (o) a participar e contribuir com esta pesquisa, que consiste em um trabalho de conclusão de curso, orientada pela Prof^ª Raísa Queiroga Barreto. Informamos que não haverá divulgação de conteúdos não autorizados, os dados serão usados únicos e exclusivamente para fins de pesquisas/acadêmicos (análise e publicação de trabalhos de cunho científico). Elencamos que sua participação ocorrerá de forma voluntária e não acarretará nenhum ônus ou prejuízo, podendo desistir da participação nesta pesquisa a qualquer momento, devendo apenas informar ao pesquisador. Ressaltamos ainda a grande relevância de sua participação para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa. Contamos com sua colaboração.

Eu, _____, declaro conhecer o Projeto de Pesquisa intitulado “**CENAS BRASILEIRAS – A INTERSETORIALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS DE PILÕES-PB**”, sob a orientação da Prof^ª Raísa Queiroga Barreto da Universidade Estadual da Paraíba, bem como, autorizo a coleta de dados e divulgação de conteúdos e de imagens, conforme proposto no projeto.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do (a) Educador(a).Social.

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM ESTUDANTE DO CURSO
DE PEDAGOGIA DA UEPB**



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS III

CENTRO DE HUMANIDADE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO- ESTUDANTES

- 1) Em sua percepção, o que é intersectorialidade nas políticas públicas?
- 2) Como avalia sua parceria com a Educação e com a Assistência Social?
- 3) Em sua opinião, há dificuldades para efetivar a intersectorial? Se sim, quais?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO COM EDUCADOR (A) SOCIAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA

PARAÍBA

CAMPUS III

CENTRO DE HUMANIDADE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO COM EDUCADOR (A) SOCIAL

- 1) Em sua percepção, o que é intersetorialidade nas políticas públicas?
- 2) Como avalia sua parceria com a Educação e com a Assistência Social?
- 3) Em sua opinião, há dificuldades para efetivar a intersetorial? Se sim, quais?